DIREITO DIGITAL E INFORMÁTICA FORENSE
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

Os especialistas dessa área são preparados para rastrearem e analisarem todo tipo de informação coletada a partir de qualquer dispositivo que possa conter informações que sejam valiosas para o caso, ainda que sutis, pela recuperação de dados deletados, identificação de IP e rastreamento de mensagens. Esses especialistas conseguem identificar adulteração de dados que busca tentar apagar vestígios que liguem fatos, a exemplo da alteração de data e hora em câmera de segurança.
Com a era digital, naturalmente nos tornamos mais expostos a fraudes digitais e a tentativas de tirar vantagens por meios ilícitos. Desta forma, há necessidade de profissionais habilidosos atuando na área.

OBJETIVO

Preparar profissionais habilidosos na busca de informações efetivas que solucionem crimes de cunho virtual ou não, atuando de acordo com as legislações vigentes do Direito Digital.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online ou semipresencial, visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com momentos presenciais e atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. Assim, todo processo metodológico estará pautado em atividades nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Código	Disciplina	Carga Horária
4964	Direito Empresarial	60

APRESENTAÇÃO

Registros Mercantis. O empresário. Disposições gerais sobre sociedades. Institutos empresariais. Sociedades. Modalidades de Sociedades quanto à sua relação com outras pessoas jurídicas. Modalidades de sociedades quanto à sua forma. Propriedade Industrial.

OBJETIVO GERAL

Este componente curricular visa preparar o estudante ou profissional da área jurídica a aplicar o direito empresarial nas diversas situações do mundo dos negócios, abordando as naturezas jurídicas das sociedades, seu nascimento e morte, passando pelos vários processos jurídicos como a recuperação judicial, desconsideração da personalidade jurídica, entre muitos outros.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Explicar o empresário individual e a sociedade empresária.
- Entender os procedimentos simplificados para micro e pequenas empresas.
- Identificar e compreender o capital social seus direitos e deveres.
- Compreender as consequências da dissolução, recuperação judicial e falência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – SOCIEDADES E EMPRESAS
PERSONIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES
REGISTROS MERCANTIS
SIGILO
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

UNIDADE II – CAPITAL SOCIAL E O DIREITO EMPRESARIAL
TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL
CAPACIDADE JURÍDICA EMPRESARIAL
CAPITAL SOCIAL E A SUA INTEGRALIZAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

UNIDADE III – DISSOLUÇÃO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA
DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
FALÊNCIA

UNIDADE IV – TIPOS DE SOCIEDADES EMPRESARIAIS
SOCIEDADES EMPRESÁRIAS
SOCIEDADES PERSONIFICADAS
SOCIEDADES PERSONIFICADAS POR AÇÕES
SOCIEDADES COOPERATIVAS

REFERÊNCIA BÁSICA

CHAGAS, E. E. **Direito empresarial esquematizado**. 4. ed. São Pauto: Saraiva, 2017.

MAMEDE, G. **Manual de direito empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 18. ed. Rio de Janeiro Atlas 2018.

RAMOS, A. L. S. C. **Direito empresarial**. 9. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2019.

PERIÓDICOS

TOMAZETTE, M. **Curso de direito empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2018.

4839	Introdução à Ead	60

APRESENTAÇÃO

Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Histórico da Educação a Distância. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

OBJETIVO GERAL

Aprender a lidar com as tecnologias e, sobretudo, com o processo de autoaprendizagem, que envolve disciplina e perseverança.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de ensino e Aprendizagem, Ferramentas para navegação na internet.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – AMBIENTAÇÃO NA APRENDIZAGEM VIRTUAL
PRINCIPAIS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
GERENCIAMENTO DOS ESTUDOS NA MODALIDADE EAD
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
RECURSOS VARIADOS QUE AUXILIAM NOS ESTUDOS

UNIDADE II – APRIMORANDO A LEITURA PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
A LEITURA E SEUS ESTÁGIOS
OS ESTÁGIOS DA LEITURA NOS ESTUDOS
ANÁLISE DE TEXTOS
ELABORAÇÃO DE SÍNTESES

UNIDADE III – APRIMORANDO O RACIOCÍNIO PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
O RACIOCÍNIO DEDUTIVO
O RACIOCÍNIO INDUTIVO
O RACIOCÍNIO ABDUTIVO
A ASSOCIAÇÃO LÓGICA

UNIDADE IV – FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE PARA A EAD
INTERNET E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS
COMO TRABALHAR COM PROCESSADOR DE TEXTO?
COMO FAZER APRESENTAÇÃO DE SLIDES?
COMO TRABALHAR COM PLANILHAS DE CÁLCULO?

REFERÊNCIA BÁSICA

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Sílvia C. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Educação a Distância e as Novas Modalidades de Ensino**. Editora TeleSapiens, 2020.

MACHADO, Gariella E. **Educação e Tecnologias**. Editora TeleSapiens, 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Iria H. Q. **Fundamentos da Educação**. Editora TeleSapiens, 2020.

DA SILVA, Jessica L. D.; DIPP, Marcelo D. **Sistemas e Multimídia**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

DA SILVA, Andréa C. P.; KUCKEL, Tatiane. **Produção de Conteúdos para EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

4965	Noções de Direito	60

APRESENTAÇÃO

Noções de Direito. Teoria geral do estado. Noções de Direito constitucional. A constituição: organização do estado e dos poderes. Administração pública: Conceitos e princípios constitucionais. Direitos e garantias fundamentais. Noções de Direito Civil. Noções de Direito tributário. Direitos sociais na constituição federal.

OBJETIVO GERAL

Este conteúdo visa introduzir o estudante ou profissional da área jurídica no Direito, abordando os principais conceitos, fundamentos e princípios teórico-filosóficos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender os fundamentos do direito, espécies normativas e a diferença entre processo e procedimento.
- Reconhecer o conceito de direito constitucional, classificações e histórico.
- Entender os fundamentos do direito civil, interpretar as determinações legais sobre contratos e analisar determinações legislativas do direito da família e sucessores.
- Interpretar o funcionamento do direito tributário e suas implicações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO
O DIREITO E SUA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA E A MORAL
CLASSIFICAÇÕES, RAMOS E FONTES DO DIREITO
NORMAS JURÍDICAS, PROCESSOS E PROCEDIMENTO
TEORIA GERAL DO ESTADO

UNIDADE II – DIREITO CONSTITUCIONAL E A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO
A CONSTITUIÇÃO: CONCEITOS, CLASSIFICAÇÕES E HISTÓRICO

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS
A ORGANIZAÇÃO E A SEPARAÇÃO DOS PODERES NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

UNIDADE III – FUNDAMENTOS DO DIREITO CIVIL
NOÇÕES DE DIREITO CIVIL
BENS E OBRIGAÇÕES
CONTRATOS E DIREITOS DAS COISAS
DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO DAS SUCESSÕES

UNIDADE IV – PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITOS SOCIAIS
NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO
SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL
A RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA
DIREITOS SOCIAIS

REFERÊNCIA BÁSICA

DIAS, M. B. **Manual das Sucessões**. 4ª ed. rev. Atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Saraiva: São Paulo. 33ª Ed. Rev, 2016.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**: Introdução à problemática científica do direito, tradução de J. Cretello Jr. E Agnes Cretella. 7ª Edição revisada da tradução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

NADER, P. **Introdução ao estudo do direito**, 23ª edição revista e atualizada, Rio de Janeiro: Forense, 2003.

PERIÓDICOS

PAULO, V.; ALEXANDRINO, M. **Direito Constitucional Descomplicado**. São Paulo: Método, 2018.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 321

SABBAG, E. **Manual de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

4968	Crimes Cibernéticos e Técnicas Forenses	60

APRESENTAÇÃO

Construção histórica dos crimes cibernéticos. Crimes cibernéticos e a legislação no Brasil e no Mundo. Procedimentos de investigação dos crimes cibernéticos. Crimes cibernéticos e seus reflexos no Direito Brasileiro. Perícia Forense. Definição de Perícia Forense. Aspectos jurídicos envolvidos na Perícia Forense. Tipos de crimes cometidos utilizando dispositivos computacionais. Os desafios da perícia forense. Técnicas

forenses nos crimes cibernéticos. A atuação do perito. Estudo das técnicas forenses. Técnicas para preservação de evidências. Dificuldades que podem surgir durante a investigação. Técnicas antiforenses nos crimes cibernéticos. Evolução tecnológica. Criptografia. Saneamento de discos. Esteganografia.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o profissional de direito e de tecnologia da informação a lidar com as técnicas investigativas de crimes cibernéticos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender os aspectos básicos acerca da evolução dos crimes cibernéticos no cenário nacional e internacional.
- Conhecer as legislações correlatas.
- Conhecer os conceitos da perícia forense e os aspectos jurídicos.
- Compreender os tipos de crimes e tipos de perícia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – CRIMES CIBERNÉTICOS
SURGIMENTO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS
LEGISLAÇÃO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS NO BRASIL E NO MUNDO
REFLEXOS DOS CRIMES CIBERNÉTICOS NO DIREITO BRASILEIRO
PROCEDIMENTOS PARA INVESTIGAÇÃO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS

UNIDADE II – PERÍCIA FORENSE E OS DISPOSITIVOS COMPUTACIONAIS
CONCEITO DE PERÍCIA FORENSE
ASPECTOS JURÍDICOS DA PERÍCIA FORENSE
OS DESAFIOS DA PERÍCIA FORENSE
DISPOSITIVOS COMPUTACIONAIS E TIPOS DE CRIMES

UNIDADE III – TÉCNICAS FORENSES E O PERITO CRIMINAL
O PERITO E SUA ATUAÇÃO
TÉCNICAS FORENSES UTILIZADAS PELO PERITO
O ESTUDO DAS TÉCNICAS FORENSES
DIFICULDADES DURANTE UMA INVESTIGAÇÃO

UNIDADE IV – CRIPTOGRAFIA, SANEAMENTO DE DISCOS, ESTEGANOGRAFIA E TÉCNICAS ANTIFORENSES
CRIPTOGRAFIA
SANEAMENTO DE DISCOS
ESTEGANOGRAFIA
TÉCNICAS ANTIFORENSES

REFERÊNCIA BÁSICA

BECK, U. **Sociedade de Riscos. Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2ª ed, 2011.

BOMFATI, C. A.; KOLBE JUNIOR, A. **Crimes cibernéticos**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

CASTELLS, M. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura. In: A Sociedade em rede. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1

CORRÊA, G. T. **Aspectos jurídicos da internet**. 4. ed. ver. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GALVÃO, R. K. M. **Introdução à análise forense em redes de computadores**. Novatex Editora LTDA: São Paulo, 2015.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal**. Editora Ímpetus. Niterói: 2011.

KIM, D.; SOLOMON, M. G. **Fundamentos de segurança de sistemas de informação**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

KUMMER, F. R. **Direito Penal na sociedade da informação**. 1ª edição. E-book Kindle.

PERIÓDICOS

LYRA, M. R. **Governança da Segurança da Informação**. Edição do Autor – Brasília, 2015.

NUCCI, G. de S. **Manual de Direito Penal, Parte geral**. São Paulo: Forense, 2015.

OLIVEIRA, D. S. B. de. **Crimes virtuais e as lacunas legislativas**. E-Book Kindle.

4967	**Direito Digital**	**60**

APRESENTAÇÃO

Sociedade da informação. Globalização. Ciberespaço. Domínio Público Internacional. Domínio do ciberespaço. Deep Web. Camadas da Internet. Cibercrimes. Espécies de cibercrime. Ciberterrorismo. Ciberespionagem. Administração e controle do ciberespaço. Modalidades. Militarização e desmilitarização. Copyright. Direito digital no Brasil. Lei dos crimes informáticos. Marco civil da Internet. Código de Processo Civil de 2015. Lei Geral de Proteção de dados.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional de direito e áreas afins a aplicar os conceitos, princípios e legislação às diversas situações em que uma pessoa física ou jurídica possa se encontrar acerca do mundo digital.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer o mundo digital e a sociedade da informação em que estamos inseridos.
- Analisar as características do ciberespaço e as possíveis formas de controle.
- Assimilar o universo Deep Web e suas camadas.
- Entender cibercrimes e ciberterrorismo, suas formas e legislações vigentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – CONHECENDO O MUNDO DIGITAL
A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
O CIBERESPAÇO
O DOMÍNIO DO CIBERESPAÇO
A DEEP WEB

UNIDADE II – CRIMES CIBERNÉTICOS
CIBERCRIME: O GÊNERO
ESPÉCIES DO CYBERCRIME
CIBERTERRORISMO
CIBERESPIONAGEM

UNIDADE III – COPYRIGHT E O CONTROLE DO MUNDO DIGITAL
DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DO CIBERESPAÇO
MODALIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DO CIBERESPAÇO
MILITARIZAÇÃO E DESMILITARIZAÇÃO DO CIBERESPAÇO
COPYRIGHT NO MUNDO DIGITAL

UNIDADE IV – LEGISLAÇÃO E MARCOS LEGAIS DO MUNDO DIGITAL
LEI DOS CRIMES INFORMÁTICOS
MARCO CIVIL DA INTERNET
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

REFERÊNCIA BÁSICA

BARLOW, J. P.?**Declaração de Independência do Ciberespaço.?**1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/ciber/textos/barlow.htm.

BARONE, V.?**Group claiming to represent Tehran hacks obscure federal website**. 2020. New York Post. Disponível em: https://nypost.com/2020/01/05/iran-attacks-group-claiming-to-represent-tehran-hacks-obscure-federal-website/.

BERGER, J. M. How ISIS Games Twitter: The militant group that conquered northern Iraq is deploying a sophisticated social-media strategy.. 2014. **The Atlantic, Global**.. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2014/06/isis-iraq-twitter-social-media-strategy/372856/>.

BERGMAN, M.K. White paper: the deep we surfacing hidden value.?Journal of Eletronic Publishing,?v.7, n.1, 2001. Available from: <http://dx.doi.org/10.3998/3336451.0007.104>.
???
BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil..?**Marco Civil da Internet**. Brasília, DF, 23 abr. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm.

CIANCAGLINI, V. et al.?Deepweb and Cybercrime:?It's not all about TOR. 2013. **A Trend Micro Research Paper**. Disponível em: <https://www.trendmicro.ae/media/wp/deepweb-and-cybercrime-whitepaper-en.pdf>.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DEEP Web e Dark Web. Direção de Estudio 42. Intérpretes: Átila Iamarino. Roteiro: Átila Iamarino e Paulo Silveira. 2016. (6 min.), Youtube, son., color. Disponível em: https://youtu.be/yeLjR6XekGc.

DELLA VALLE, J. **Lei Carolina Dieckmann entra em vigor nesta terça feira**: a partir de hoje, invasão de computadores e outros dispositivos eletrônicos pode render pena de até dois anos de reclusão e multa. : A partir de hoje, invasão de computadores e outros dispositivos eletrônicos pode render pena de até dois

anos de reclusão e multa.?**Veja.?**[s.l.], 02 abr. 2013. Tecnologia, p. 1-1. Disponível em: https://veja.abril.com.br/tecnologia/lei-carolina-dieckmann-entra-em-vigor-nesta-terca-feira/.

EICHENSEHR, K. **The Cyber-Law of Nations** (January 8, 2014). 103 Geo. L.J. 317 (2015).. Disponível em SSRN:?https://ssrn.com/abstract=2447683

PERIÓDICOS

ELIEZER, C. R.; GARCIA, T. de P. **O novo crime de invasão de dispositivo informático**.?Curso Direito Unifor, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 69-87, 23 maio 2014. Semestral. Disponível em: https://periodicos.uniformg.edu.br:21011/ojs/index.php/cursodireitouniformg/article/view/242.

4966	Segurança da Informação	60

APRESENTAÇÃO

Unidades básicas do computador. Tipos de sistemas operacionais. Hackers & crackers. Malwares e tipos de vírus. Normas regulamentadoras (ISO) de segurança da informação. Documento de política de segurança. Segurança da intranet e conceitos de LAN e VPN. Computação na nuvem.

OBJETIVO GERAL

A informação é um dos bens mais preciosos das organizações. Pensando nisto, este conteúdo foi desenvolvido para capacitar você a entender os princípios e fundamentos da segurança da informação, incluindo técnicas, ferramentas e as boas práticas para manter os dados seguros contra invasões, vírus e crackers.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- **Estudar as unidades que compõem o funcionamento de um computador.**
- **Compreender os princípios básicos da Segurança da Informação.**
- **Compreender os conceitos básicos e identificar as camadas de rede.**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – HACKERS, CRACKERS E OS SISTEMAS COMPUTACIONAIS

- Identificar as unidades que compõem o funcionamento de um computador e o processo de conexão desses mesmos componentes com a máquina, além de distinguir os princípios do

funcionamento desses dispositivos, e qual seu principal papel dentro deste processo.
- Entender a definição, finalidade e os principais conceitos em relação aos Sistemas Operacionais, Linux e Windows.
- Compreender os princípios básicos da Segurança da Informação, entendendo como esses princípios são adotados pelos profissionais que atuam na Segurança da Informação e observar os tipos de vulnerabilidades dos dispositivos e Sistemas.
- Identificar as diversas nuances dos Hackers e Crackers, para que através desta compreensão possa ser efetuada uma melhor segurança contra Crackers e um melhor teste de segurança pelos Hackers éticos.

UNIDADE II – MALWARES, VÍRUS E INVASÕES: COMO SE PRECAVER

- Entender o que são vírus e malwares, bem como diferenciá-los e compreender como eles funcionam.
- Reconhecer os principais facilitadores, bem como os Antivírus que visam proteger as máquinas.
- Interpretar as principais falhas e como repará-las.
- Aplicar a Norma Padronizadora relacionada à Segurança da Informação, a fim de que quando tratarmos deste assunto, no ambiente de trabalho, o conhecimento seja melhor empregado e que a prática da segurança esteja conforme o padrão.

UNIDADE III – BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- Reconhecer a importância da segurança das informações no meio físico quando tratamos sobre controle de acessos.
- Identificar as definições de testes de segurança, bem como entender como eles funcionam na prática.
- Interpretar as ideias básicas sobre as políticas de segurança.
- Definir o conceito de Firewall e Proxy, compreendendo como os dois funcionam.

UNIDADE IV – SEGURANÇA DE DADOS NA INTERNET

- Compreender os conceitos de VPN e de Intranet, podendo identificar as principais características e entender como é o seu funcionamento de maneira aprofundada.
- Definir os conceitos básicos e identificar as camadas de rede, bem como os princípios e as práticas da criptografia.
- Aplicar as ferramentas de certificados digitais, bem como as definições acerca das assinaturas.
- Utilizar a ferramenta de cloud computing para armazenamento na nuvem.

REFERÊNCIA BÁSICA

HINTZBERGEN, Jule; Hintzbergen, Kees; SMULDERS, André; BAARS, Hans. **Fundamentos de Segurança da Informação**: com base na ISO 27001 e na ISO 27002. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.

MANOEL, Sérgio da Silva. **Governança de Segurança da Informação**: Como criar oportunidades para o seu negócio. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MCCARTHY, N.K. **Resposta a Incidentes de Segurança em Computadores**: Planos para Proteção de Informação em Risco. Porto Alegre: Bookman, 2014.

PERIÓDICOS

RUFINO, Nelson Murilo de O. **Segurança em Redes sem Fio**: Aprenda a proteger suas informações em ambientes Wi-Fi e Bluetooth. 4. ed. São Paulo: Novatec, 2015.

4970	Direito da Propriedade Intelectual	60

APRESENTAÇÃO

Conceitos e fundamentos sobre a propriedade privada de bens imateriais. Conceito de autoria e o direito autoral. Propriedade industrial versus direito autoral. A exclusividade em normas institucionalizadas. Tratados internacionais: OMPI e TRIPs (OMC). Conceito de patente. Conceito de marca. Conceito de desenhos industriais. Repressão e penalidades à concorrência desleal. Licenças compulsórias. Contrafação de marcas. Jurisprudências importantes sobre disputas no campo do direito de propriedade intelectual. Processos de registro de marcas e patentes no Brasil. Processos de registro de marcas e patentes internacionais. Lei de Inovação. Lei de Cultivares.

OBJETIVO GERAL

O conhecimento abordado neste componente curricular serve para advogados, juristas, engenheiros e demais profissionais que lidam com a invenção de artefatos e criação de marcas, proporcionando uma visão bastante ampla do direito da propriedade intelectual, uma expertise cada vez mais requisitada em um mundo globalizado, onde a inovação e a disrupção são as palavras de ordem na nova economia.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Capacitar para discernir sobre os conceitos fundamentais da propriedade privada dos bens imateriais.
- Diferenciar propriedade industrial do direito autoral.
- Compreender os conceitos e ritos processuais para registro de marcas, patentes e desenhos industriais no Brasil e no mundo.
- Conhecer as ações administrativas e judiciais envolvendo marcas e patentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

A PROPRIEDADE PRIVADA E OS BENS IMATERIAIS

AUTORIA E O DIREITO AUTORAL

PROPRIEDADE INDUSTRIAL VERSUS DIREITO AUTORAL

A EXCLUSIVIDADE EM NORMAS INSTITUCIONALIZADAS

UNIDADE II – REGISTRO DE MARCAS, PATENTES E DESENHOS INDUSTRIAIS NO BRASIL E NO MUNDO

TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE MARCAS E PATENTES

CONCEITO DE PATENTE

CONCEITO DE MARCA

CONCEITO DE DESENHOS INDUSTRIAIS

UNIDADE III – AÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS ENVOLVENDO MARCAS E PATENTES

CONCORRÊNCIA DESLEAL: REPRESSÃO E PENALIDADES

LICENÇAS COMPULSÓRIAS

CONTRATAÇÃO DE MARCAS DE TERCEIROS

DISPUTAS E BATALHAS HISTÓRICAS NO CAMPO DO DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

UNIDADE IV – O CENÁRIO BRASILEIRO QUANTO AO PROCESSO DE MARCAS E PATENTES E INOVAÇÃO

REGISTRO DE MARCAS E PATENTES NO BRASIL

REGISTRO DE MARCAS E PATENTES INTERNACIONAIS

LEI DE INOVAÇÃO

LEI DE CULTIVARES

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei federal 13.105 de 16 de março de 2015. Institui o Novo Código de Processo Civil** . Diário Oficial da União, Brasília, 16 de março de 2015.

BRASIL. **Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARBOSA. Cláudio R. **Propriedade Intelectual: Introdução à propriedade Intelectual como Informação**. Rio de Janeiro. Elsevier Editora Ltda. 2009.

VERDE, Lucas Henrique Lima e MIRANDA, João Irineu de Resende. **O futuro da propriedade intelectual no Brasil**. Porto Alegre. Editora Fi. 2019.

PERIÓDICOS

WACHOWICZ, Marcos. **Estudos de Direito da Propriedade Intelectual**. Curitiba. Gedai Publicações. 2015.

4847	Pensamento Científico	60

APRESENTAÇÃO

A ciência e os tipos de conhecimento. A ciência e os seus métodos. A importância da pesquisa científica. Desafios da ciência e a ética na produção científica. A leitura do texto teórico. Resumo. Fichamento. Resenha. Como planejar a pesquisa científica. Como elaborar o projeto de pesquisa. Quais são os tipos e as técnicas de pesquisa. Como elaborar um relatório de pesquisa. Tipos de trabalhos científicos. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas das ABNT para Citação. Normas da ABNT para Referências.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o estudante, pesquisador e profissional a ler, interpretar e elaborar trabalhos científicos, compreendendo a filosofia e os princípios da ciência, habilitando-se ainda a desenvolver projetos de pesquisa.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender a importância do Método para a construção do Conhecimento.
- Compreender a evolução da Ciência.
- Distinguir os tipos de conhecimentos (Científico, religioso, filosófico e prático).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INICIAÇÃO CIENTÍFICA
A CIÊNCIA E OS TIPOS DE CONHECIMENTO
A CIÊNCIA E OS SEUS MÉTODOS
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA
DESAFIOS DA CIÊNCIA E A ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

UNIDADE II – TÉCNICAS DE LEITURA, RESUMO E FICHAMENTO
A LEITURA DO TEXTO TEÓRICO
RESUMO
FICHAMENTO
RESENHA

UNIDADE III – PROJETOS DE PESQUISA
COMO PLANEJAR A PESQUISA CIENTÍFICA?
COMO ELABORAR O PROJETO DE PESQUISA?
QUAIS SÃO OS TIPOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA?
COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE PESQUISA?

UNIDADE IV – TRABALHOS CIENTÍFICOS E AS NORMAS DA ABNT
TIPOS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
NORMAS DAS ABNT PARA CITAÇÃO
NORMAS DA ABNT PARA REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

VALENTIM NETO, Adauto J.; MACIEL, Dayanna dos S. C. **Estatística Básica**. Editora TeleSapiens, 2020.

FÉLIX, Rafaela. **Português Instrumental**. Editora TeleSapiens, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Silvia Cristina. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

OLIVEIRA, Gustavo S. **Análise e Pesquisa de Mercado**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

CREVELIN, Fernanda. **Oficina de Textos em Português**. Editora TeleSapiens, 2020.

DE SOUZA, Guilherme G. **Gestão de Projetos**. Editora TeleSapiens, 2020.

4872	Trabalho de Conclusão de Curso	80

APRESENTAÇÃO

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado nas Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema de saúde; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa.

OBJETIVO GERAL

Construir conhecimentos críticos reflexivos no desenvolvimento de atitudes e habilidades na elaboração do trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Revisar construindo as etapas que formam o TCC: artigo científico.
- Capacitar para o desenvolvimento do raciocínio lógico a realização da pesquisa a partir do projeto de pesquisa elaborado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A Pesquisa Científica;

Estrutura geral das diversas formas de apresentação da pesquisa;

Estrutura do artigo segundo as normas específicas;

A normalização das Referências e citações.

REFERÊNCIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo, resenha e recensão - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93. Acesso em 04 jul. 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

PERIÓDICOS

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93. Acesso em 04 jul. 2018.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O profissional estará habilitado e ambientado com as ferramentas que norteiam a busca de informações digitais efetivas para solucão de crimes de cunho virtual, atuando com ética, responsabilidade e de acordo com as legislações vigentes do Direito Digital.